



PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

LEI COMPLEMENTAR N.º 026/2011.

Dispõe sobre a criação de incentivos fiscais para as empresas em construção e funcionamento e novas indústrias, comércios e prestadores de serviços que se instalarem no município e dá outras providências.

JUN ITI HADA, Prefeito Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bodoquena aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I  
DA GESTÃO PLANEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO

Art. 1º Fica criada a Gestão Planejada para o Desenvolvimento que estabelece incentivos fiscais para empresas que se estabeleçam ou ampliem suas atividades no Município de Bodoquena.

Parágrafo único. Todos os incentivos constantes desta Lei serão concedidos mediante Decreto.

CAPÍTULO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

DAS EMPRESAS QUE VIEREM A SE INSTALAR OU AMPLIAR SUAS  
ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às empresas que desenvolvam processo produtivo industrial, bem como às de organização de pesquisa científica e tecnológica, comerciais, mineração, e de prestação de serviços que vierem a se instalar ou ampliar suas atividades no Município, os seguintes incentivos:

I – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), se dará nos termos do § 1º e § 2º, e alíneas, deste artigo;

II – Isenção dos emolumentos e preços públicos municipais relativos aos procedimentos administrativos necessários para a aprovação ou regularização do projeto de construção, reforma e ampliação.

§ 1º – A redução, até o mínimo permitido da alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), será pelo período de 12 (doze) anos na seguinte forma:

- a) 60% de desconto nos primeiros 6(seis) anos de instalação, passando a ser de 2% da receita auferida no período;
- b) 40% de desconto nos 6 (seis) anos seguintes , passando a ser de 3% da receita auferida no período

§ 2º -A redução será efetuada as seguintes empresas que vierem a se instalar ou ampliar suas atividades no Município, prestadoras dos seguintes serviços:

- a) mineração
- b) hotéis
- c) lanchonetes
- h) Serviços de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
- i) balneários



PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

j) turismo rural

Art. 3º Os benefícios descritos neste Capítulo, serão concedidos em caráter geral às pessoas jurídicas ou firmas individuais, desde que gerem no mínimo 05 (cinco) empregos.

CAPÍTULO III  
DO PEDIDO DE CONCESSÃO

Art. 4º O pedido de concessão de incentivos deverá ser formulado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, contendo:

I - projeto de investimento consistente de memorial descritivo e justificativa de interesse neste município, previsão dos recursos a investir, prazos de maturação dos investimentos, relação de produtos e estimativa das quantidades, cronograma físico-financeiro das obras civis, cronograma de instalação e operação dos equipamentos e previsão de empregos a serem gerados;

II - contrato social ou estatuto da empresa, devidamente registrado e atualizado;

III - livro registro de empregados;

IV – comprovação de regularidade fiscal, perante o município, da pessoa jurídica ou física solicitante;

Art. 5º Na falta de qualquer dos documentos constantes do artigo 4º, será concedido prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado para apresentação dos mesmos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

Art. 6º O Decreto de Concessão de Incentivos, de que trata o parágrafo único do artigo 1º, será publicado no Jornal Oficial do Município, após serem ouvidos os órgãos competentes.

Art. 7º Os Distritos, Loteamentos e Condomínios Industriais beneficiados pela presente Lei, se necessário, após análise do órgão competente, deverão implantar área para coleta seletiva dos detritos, destinação dos detritos não recicláveis e dos detritos tóxicos e para instalação de tratamento de esgoto próprio.

Art. 8º A Secretaria Municipal da Fazenda poderá, a qualquer tempo e com qualquer periodicidade, solicitar a comprovação por parte da empresa enquadrada nesta Lei, do cumprimento e da continuidade das condições que a habilitaram ao recebimento dos incentivos.

Art. 9º Ficando comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, a empresa estará sujeita a devolução dos incentivos recebidos com juros e multa, bem como às penalidades previstas na legislação tributária municipal, sem prejuízo das demais medidas, administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Art. 10 Será revogado o Decreto de Concessão de Incentivos às empresas que deixarem de preencher, a qualquer tempo, as condições de enquadramento previstas nesta Lei, ficando obrigadas ao recolhimento normal dos tributos municipais devidos imediatamente à ocorrência do evento que tenha caracterizado sua exclusão daquelas condições, sem prejuízo da aplicação de multas, juros e atualizações monetárias previstas em Lei.

Art. 11 Os benefícios descritos nesta Lei serão concedidos desde que observados os valores previstos na LOA e na LDO.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



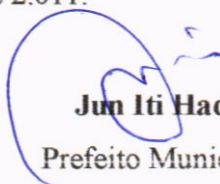
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

Art. 15 Para os fins previstos nesta Lei, considera-se exercício fiscal o período compreendido entre o dia 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

Art. 16 Os incentivos da presente Lei aplicam-se também aos processos anteriormente aprovados, da mesma natureza, respeitando-se o prazo prescricional previsto no artigo 174 do Código Tributário Nacional.

Art. 17 Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bodoquena – MS, 05 de maio de 2.011.

  
**Jun Iti Hada**  
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

Modelo de Requerimento

Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Bodoquena -MS

Jun Iti Hada

(Nome e Qualificação da Empresa) , por seu representante legal abaixo assinado, vem pelo presente, com base na Lci Complementar nº \_\_\_\_/2011, solicitar a concessão de Incentivos Fiscais dos seguintes tributos:

“Especificar quais são os tributos”

Exemplo:

I – IPTU pelo prazo de 15 anos.

II – ITBI sobre o valor apurado para o respectivo recolhimento.

III - Taxa de Licença para execução de obras particulares

IV – Taxa de Licença para funcionamento

V - EMOLUMENTOS relativos aos projetos de construção e/ou ampliaçãoe obras civis

VI - ISSQN

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Bodoquena \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_

(nome do representante Legal da empresa e dados pessoais)





PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1ª FASE:

- ☐ Requerimento completo ao Sr. Prefeito
- ☐ Projeto Global do investimento – cronograma
- ☐ Planta/ Projeto de instalação e/ou ampliação do requerente
- ☐ Projeto de justificativa do interesse
- ☐ Contrato Social/ Estatuto de Constituição devidamente registrado e atualizado
- ☐ Contrato de compra e venda/ Aluguel do imóvel beneficiado
- ☐ Inscrição do CNPJ

2ª FASE:

- ☐ Livro Registro empregados (Frente e Verso)
- ☐ Certidão Negativa emitida pelo INSS (Ministerio da Fazenda – Receita Federativa do Brasil), “Conforme art.195 e § 3º da C.F.” (validade 180 dias)
- ☐ Certidão Negativa Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Certidão Negativa da Secretaria da Receita Federal (validade 180 dias)
- ☐ Certidão emitida pela Caixa Econômica Federal (Ministério da Fazenda) FGTS e CRF (validade 180 dias)

\*Para protocolo do pedido será necessário os documentos mencionados na primeira fase, em que serão analisados. Após, a Empresa Fácil estará notificando a empresa requerente para apresentação dos demais documentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

- a relação de produtos e estimativa das quantidades, o cronograma de instalação e operação dos equipamentos, mormente, a previsão de empregos a serem gerados.

4. Contrato Social ou Estatuto da empresa devidamente registrado e atualizado;
5. Comprovação de Regularidade Fiscal no âmbito Municipal da pessoa jurídica e de seus sócios.
6. Apresentação da Certidão Negativa emitida pelo INSS (Ministério da Fazenda – Receita Federativa do Brasil), “Conforme art.195 e § 3º da C.F.”
7. Apresentação da Certidão Negativa Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
Certidão Negativa da Secretaria da Receita Federal.
8. Apresentação da Certidão emitida pela Caixa Econômica Federal (Ministério da Fazenda) FGTS e CRF.
9. Livro de Registro de empregados (Frente e Verso).
10. Comprovante da procedência do imóvel, como título de propriedade ou contrato de locação, ou, ainda, termo de cessão ou comodato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE

**REQUISITOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO E CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

➤ **Do beneficiário:**

Regularidade fiscal no âmbito municipal da empresa e dos sócios;

Quitação integral de eventuais débitos incidentes sobre o imóvel no qual se estabelecerá ou se expandirá a empresa;

Geração de no mínimo 5 (cinco) empregos, após a conclusão da implantação do empreendimento;

Habilitação do imóvel no qual se estabelecerá ou se expandirá a empresa pelo fato de não ser beneficiado por qualquer isenção, de tributos e taxas, prevista em qualquer outro dispositivo legal.

➤ **ABRANGÊNCIA FISCAL**

➤ **O incentivo fiscal de que trata a lei em questão abrange os impostos e taxas adiante relacionados, nas proporções e condições correspondentes:**

ISSQN: redução a 2% da alíquota, pelo período de 5 (cinco) anos, as empresas que prestam serviços na área de tecnologia.

**DOCUMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR O REQUERIMENTO**

1. Requerimento dirigido ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, evocando o benefício, bem como, relacionando os Tributos e Taxas para os quais pretende obter a isenção.

2. Nos casos em que se pretenda a dispensa para entrega de documentos, haverá a necessidade da expressa menção e devida justificativa da respectiva reivindicação e a juntada dos eventuais protocolos; e, ainda, oficial compromisso de cumprir a entrega no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

3. Projeto global do investimento do qual se depreendam:

- *Planta e Memorial descritivo e cronograma físico-financeiro das obras civis, se for o caso;*

- *Projeto contendo a justificativa do interesse do estabelecimento, ou expansão, neste município, a previsão de recursos a investir, os prazos de maturação dos investimentos,*